

Editorial

Nesta edição da *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE), apresentamos as boas-vindas às professoras Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas e Cynthia Greive Veiga, ambas eleitas na Assembléia Ordinária da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), realizada durante a 34ª. Reunião Anual da ANPEd, para compor a Comissão Editorial, em conformidade com a política de renovação dos quadros da revista, prevista nos Estatutos da SBHE. Aproveitando o ensejo, registramos uma nota de agradecimento aos professores Bruno Bontempi Junior e Maria do Amparo Borges Ferro, que concluíram seus mandatos. Saudamos também a diretoria da SBHE, na pessoa dos professores Wenceslau Gonçalves Neto, José Gonçalves Gondra, Regina Helena Simões e Antonio Carlos F. Pinheiro, cujo apoio tem sido decisivo para o andamento dos trabalhos da revista.

Sediada na Faculdade de Educação da UNICAMP, a partir de novembro de 2011, a RBHE vem passando por algumas mudanças, visando dar continuidade ao projeto de aprimoramento do processo editorial, ampliar a sua circulação e o acesso da comunidade de historiadores da educação aos conteúdos veiculados em suas páginas. Como já é do conhecimento dos nossos leitores, a partir de março, a revista passou a contar com versão eletrônica, que pode ser consultada no *site* www.rbhe.shbe.org.br. Utilizando os recursos do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), desenvolvido pelo IBICT, a página disponibiliza todos os 27 números publicados, em uma plataforma que permite o acesso aos artigos por autor, título e assunto, além de tornar todo o processo de submissão e avaliação dos textos informatizado. Cabe registrar que esse projeto foi

totalmente financiado com recursos do CNPq/CAPES – Edital Editoração e Publicação de Periódicos Científicos Brasileiros.

Neste número, a RBHE traz a público um instigante conjunto de artigos que permite ampliar e aprofundar a compreensão sobre o passado educacional, na medida em que abre a possibilidade de reflexão sobre temáticas ligadas à história da educação das mulheres, do ensino secundário e superior, da formação de professores, assim como sobre questões teórico-metodológicas que envolvem o ofício do historiador.

Abrindo esta edição, apresentamos a tradução do artigo de Susan Anderson-Faithful, no qual a autora analisa o projeto de educação popular que orientou a atuação de duas organizações de caráter religioso, administradas por mulheres e apoiadas pela Igreja Anglicana da Inglaterra, no período compreendido entre 1886 e 1926: o Sindicato de Mães e a Sociedade de Amigas das Moças (GFS). Atenta aos diferentes modos pelos quais esse projeto se articulou, a análise permite interrogar o conceito de “maternidade moral”, testando o seu valor de estratégia, por meio da qual se procurou educar as mulheres de diferentes classes sociais, com base em valores religiosos e de gênero. Examinando a documentação do Sindicato de Mães e da GFS e outros documentos produzidos no período, a autora extrai elementos significativos para uma leitura da missão civilizatória a que se lançaram essas duas organizações, cujas iniciativas tinham como alvo educar as mulheres como modelos de virtude e como educadoras dos futuros cidadãos, em benefício de suas próprias famílias, da vizinhança, da nação e do Império, sem perder de vista seu impacto nos domínios de ultramar.

A discussão sobre as fontes para o estudo da história da educação encontra espaço nos artigos de Raquel Discini e Macioniro Celeste Filho. No estudo de Raquel Discini, a atenção volta-se para os jornais diários, em uma perspectiva que permite indagar sobre a importância desses impressos como veículos de educação da população e, mais especificamente, sobre os modos como, entre os séculos XIX e XX, intelectuais de variadas origens e graus de consagração ocuparam a cena pública, por meio de jornais de diferentes orientações. A par da interlocução com a produção historiográfica, a autora toma os jornais como “sujeitos da história”, que se encarregam

de por em circulação, explicando e discutindo, as “coisas do mundo”. Suas reflexões oferecem importantes aportes teórico-metodológicos para a interrogação da imprensa periódica tanto como fonte quanto como objeto de investigação em história da educação, por meio de uma análise que, atendo-se à especificidade da fonte jornalística, busca superar a tendência de tomar de empréstimo os referenciais que servem de baliza para os estudos sobre as revistas pedagógicas. O artigo constitui-se, nessa medida, em uma desafiadora reflexão sobre o nosso ofício como historiadores da educação, no diálogo com os vestígios deixados pelo passado.

Macioniro Celeste, por sua vez, examina os Relatórios das Delegacias Regionais de Ensino do Estado de São Paulo, produzidos nas décadas de 1930 e 1940, discutindo o seu valor como fontes para a pesquisa em história da educação. Analisando um rico *corpus* documental levantado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, o autor privilegia o exame das imagens contidas nos relatórios apresentados pelos delegados de ensino aos seus superiores hierárquicos, oferecendo ao leitor um denso quadro de análise das dificuldades com que se defronta o historiador no tratamento das fontes iconográficas, sejam elas fotografias, gráficos, mapas ou plantas de edifícios escolares. Entre as questões abordadas, o leitor encontrará elementos para aprofundar a reflexão sobre o ofício do historiador, no que tange às questões metodológicas que envolvem o trabalho com fontes que exercem sobre o pesquisador um significativo poder de fascínio e sedução.

Na sequência, apresentamos um conjunto de artigos que contribui significativamente para a reflexão sobre o ensino superior, o ensino secundário e a formação de professores, em perspectiva histórica. No primeiro deles, Névio de Campos analisa o debate em torno do papel do intelectual e da universidade, no Paraná do início da década de 1950. Detém-se, de modo mais específico, sobre a trajetória de Wilson Martins e sua atuação na constituição e organização do ensino superior no Paraná, num contexto marcado pelas discussões acerca da formação dos quadros necessários para a modernização do Estado. Examinando a produção de Martins, o autor procura detectar as vertentes teóricas e filosóficas que orientaram as suas reflexões, tendo presente, em suas análises, as questões em pauta no interior do grupo que se articulava em torno do propósito de instituir o

propalado “espírito universitário”. Objetivo esse disputado por intelectuais de distintas filiações ideológicas, como demonstra o estudo.

Tematizando o papel desempenhado pela formação de professores na recente constituição do sistema estadual de ensino superior da Bahia, Daisi Teresinha Chapani recua ao final da década de 1960, procurando flagrar o processo de criação das faculdades isoladas, no interior do estado, como uma iniciativa que tinha como mote principal a qualificação dos professores, em consonância com a retórica desenvolvimentista apregoada no período. Em suas análises, a autora detecta a permanência, no presente, do problema da falta de professores titulados, em que pese o papel central assumido pelos cursos superiores voltados para a formação de professores na institucionalização do ensino superior na Bahia. Nesse sentido, alerta para o fato de que a expansão desse nível de ensino, nesse estado, ainda pode ser vista como uma promessa não realizada.

O ensino secundário é objeto do artigo de Norberto Dallabrida, no qual o autor examina os usos da cultura escolar prescrita em nível nacional, a par das reformas instituídas durante o Estado Novo; reformas essas de cunho marcadamente conservador e nacionalista. Para tanto, elege os três estabelecimentos de ensino secundário existentes em Florianópolis, na década de 1950, dois deles católicos, privados e distintos em gêneros, e um de caráter público, gratuito e organizado em regime coeducativo, interrogando sobre as operações de seleção, organização e avaliação das “disciplinas-saber”, bem como sobre as condutas dos alunos, notadamente no âmbito do associativismo escolar. Por meio de uma análise sócio-histórica baseada em um amplo *corpus* composto por documentos escritos e depoimentos de ex-professores(as) e alunos(as) egressos(as), Dallabrida procura interrogar as práticas escolares cotidianas, atentando para as formas diferenciadas e inventivas por meio das quais as instituições escolares apropriaram-se da cultura escolar prescrita na Lei Orgânica do Ensino Secundário.

A temática do ensino secundário comparece também no artigo de Odair Sass e Maria Angélica Minhoto, cujas reflexões situam-se na intersecção entre a educação e a psicologia. Tomando como fontes duas obras de autoria do educador e reformador Antônio Carneiro Leão, publicadas na década de 1930, Sass e Minhoto indagam sobre as funções desempe-

nhadas por essa disciplina na organização racional do ensino secundário, visando testar a hipótese de que o recurso à psicologia, tomada como ciência biológica, articulou-se às exigências impostas pela modernização e industrialização do país. As análises desenvolvidas permitem alargar a compreensão do papel da psicologia na constituição do campo educacional, na medida em que se deslocam do território em que essa indagação tem sido proposta mais recorrentemente, no âmbito dos estudos histórico-educativos: a escola primária e a educação das crianças. O artigo convida, nesse sentido, à reflexão sobre a história da psicologia da adolescência e da educação secundária no Brasil e, ademais, sobre a formação dos professores para a escola secundária.

A temática da formação de professores ocupa lugar central nas análises de Andréa Moreno, Verona Segantini, Gyna Fernandes e Luciano J. de Jesus, que examinam a presença da educação física na formação das professoras, na Escola Normal Modelo da capital mineira, no período compreendido entre 1906 e 1930. Analisando um amplo conjunto documental, que inclui programas escolares, legislação, imprensa e iconografia, os autores procuram compreender o lugar conferido à educação do corpo, dos sentidos e das sensibilidades, no contexto de configuração de uma nova cultura urbana. Suas análises permitem detectar os discursos e as práticas de educação do corpo instituídas no período, assim como os sujeitos envolvidos na instauração dessas práticas e, por essa via, o projeto de configuração de uma corporeidade escolar. O exame empreendido pelos autores permite observar que o projeto de educação do corpo pode ser lido não apenas por meio da análise das práticas escolares, mas também dos objetos materiais e das formas de organização dos tempos e espaços escolares.

Apresentamos, ainda, nesta edição a resenha de Márcia Aparecida Resende sobre a obra de Alceu Ravello Ferraro, *História inacabada do analfabetismo*, que compõe a Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira, publicada pela Cortez, e a nota de leitura de Diana Vidal sobre a coleção Tempos, memórias & histórias da educação, coleção em quatro volumes coordenada por César Augusto Castro, Antonio Carlos F. Pinheiro e Antonio de Pádua Lopes, que, como destaca Vidal, demonstra o acúmulo

das pesquisas em história da educação nos programas de pós-graduação em educação do Norte e Nordeste do país.

Desejamos uma excelente leitura, ao mesmo tempo em que aproveitamos para convidá-los(as) a compartilhar conosco do desafio de aprimorar a qualidade deste reconhecido veículo de comunicação da comunidade de historiadores da educação, que é a *Revista Brasileira de História da Educação*, por meio do envio de artigos, traduções, resenhas, notas de leitura e sugestões.